



DESIGUALDADE

Pessoas com deficiência reclamam da falta de acessibilidade em sites governamentais ou no comércio on-line. Especialistas admitem a falta de conhecimento de programadores sobre o tema

Excluídos da cidadania digital

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência (PcD). Os dados do IBGE de 2022 mostram que 8,9% da população brasileira acima de dois anos de idade apresenta alguma dificuldade de exercer as atividades do domínio funcional, como enxergar, andar, ouvir, se comunicar, entre outros. Para estas pessoas, as funções do dia a dia se tornam mais trabalhosas e árduas, principalmente se não tiver as adaptações necessárias para tornar a atividade acessível. Da mesma maneira que a ausência de equipamentos afeta a vida prática, a falta de acessibilidade atrapalha a vida digital das pessoas com deficiência.

Dados da pesquisa TIC Domicílios 2023, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), mostram que 84% da população brasileira tem acesso à internet. Isso corresponde a 156 milhões de pessoas, entre elas, as PCDs. No entanto, a acessibilidade digital no Brasil ainda está longe do ideal. De acordo com a pesquisa de acessibilidade digital, divulgada pela empresa de tecnologia BigData Corp, em parceria com o Movimento Web Para Todos, apenas 2,8% dos sites brasileiros apresentaram adaptações, sem falhas, para pessoas com deficiência em 2024. Em comparação com 2023 (3,3%), os sites tiveram uma diminuição de 0,4% na acessibilidade digital.

A idealizadora do Movimento Web para Todos, Simone Freire, explica que a acessibilidade no mundo digital é tão importante quanto as adaptações no mundo físico, como a construção de uma rampa para pessoas com baixa mobilidade, um intérprete de libras em um show, ou um texto em braile em um museu.

“Quando pensamos em acessibilidade digital, podemos fazer essa analogia de colocar uma rampa, por exemplo, nos sites. É colocar o braile no aplicativo, porque a nossa vida, hoje, é digital. Para mandar um WhatsApp, para conferir a nossa agenda, para fazer um pagamento, enfim, nossa vida hoje praticamente gira em torno de um acesso digital. Agora, imagina se você não é uma pessoa que está dentro dos padrões de pessoas típicas. Certamente você vai encontrar barreiras absurdas para exercer a sua cidadania no mundo digital. A importância da acessibilidade na web, ela é vital”, afirma Simone Freire.

Falhas de programação

Para um site se tornar acessível, é preciso desenvolver ferramentas que transformem as cores, os estilos de fonte, o tamanho das letras e dos desenhos. O CEO

Arquivo Pessoal



Leonardo Gleison e Camila Domingues, cegos, reclamam das dificuldades nas compras online: vendedor ainda fez piada

da BigData Corp, Thoran Rodrigues, explica que existem cinco grupos que avaliam se um site é acessível. As descrições e estruturas das imagens, as organizações dos links, as cores e as fontes são características que, se não forem pensadas para todos, podem atrapalhar a navegação de pessoas com deficiência.

Para o cientista da computação Rafael Gonçalves, o problema vai muito mais além do que as fontes e cores dos sites. Ele argumenta que os profissionais da programação não estão familiarizados com as regras e noções básicas para fazer um site acessível. “Para um produto ser acessível, é preciso uma equipe que entenda sobre as regras, e a maior parte dos programadores não entende”, recomenda.

Freire argumenta, no entanto, que a acessibilidade digital é um trabalho de todos os usuários da internet. “É uma responsabilidade de todas as pessoas. Todos nós somos produtores de conteúdo que podemos contribuir colocando legenda nos vídeos, descrevendo as imagens que eu posto, por exemplo”, sustenta.

A acessibilidade também é problema nos sites governamentais. Segundo o levantamento do Cetic, apenas 10%

dos sites do governo são acessíveis — e continuam com falhas. Freire entende que a falta de preocupação com a acessibilidade é histórica. “A grande questão é que existe um legado de anos em que não se pensava em acessibilidade. Então, os sites governamentais ainda não estão preparados para a inclusão, mas está começando a circular”, diz.

Thoran avalia que, apesar dos números ainda não serem satisfatórios, o mundo digital começando a inclusão lentamente. “Isso se deve, em grande parte, à aplicação de inteligência artificial para tentar resolver problemas como as cores, o tamanho, o estilo”, completa.

O engenheiro de software Leonardo Gleison, 36 anos, e sua esposa, Camila Domingues, de 33 anos, enfrentam todos os dias dificuldades para navegar na web. O casal é cego, mas encontrou maneiras de ter uma vida digital sem muitos problemas. Eles ensinam outras pessoas com deficiência a enfrentar o mundo virtual por meio do canal Includnet, no YouTube. “A acessibilidade, para mim, é a capacidade que eu, como pessoa com deficiência, tenho de realizar minhas tarefas diárias com total autonomia, seja uma transferência bancária,

agendamento de uma consulta ou comprar um produto. Hoje, infelizmente, fazer essas atividades ainda é um pouco difícil e mostramos isso nos nossos vídeos, o que significa a acessibilidade real”, conta o engenheiro.

O maior problema que Leonardo e a esposa enfrentam são as compras online. “Na loja virtual, é muito difícil ter descrição dos produtos que estão à venda e, quando tem, são detalhes muito vagos. O e-commerce vende muito mais pela foto do que pelo que ele escreve sobre o produto que ele está vendendo. Então, muitas vezes, a gente acaba não conseguindo comprar em todos os e-commerces porque falta descrição”, lamenta. Ele conta um episódio que descrevem bem a situação. “Eu estava comprando um interruptor na internet. Perguntei ao vendedor qual era a cor do interruptor, se era branco ou preto. Eu não sabia. Como ele tinha colocado a foto com o interruptor na cor branca, ele zoou com a minha cara e falou que era rosa, mas eu não tinha como saber. São esses tipos de situações que passamos, infelizmente”, relata Leonardo.

*Com Juliana Sousa; estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

VIOÊNCIA

Indígenas denunciam mais ataques em área do MS

» HENRIQUE FREGONASSE*
» ALINE GOUVEIA

A Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani — Aty Guasu — voltou a denunciar ataques de fazendeiros contra indígenas no município de Douradina, no Mato Grosso do Sul, na noite de segunda-feira. Segundo a Aty Guasu, os conflitos têm se intensificado entre os fazendeiros e os indígenas que participam da retomada.

Em um vídeo postado no perfil da assembleia nas redes sociais, é possível ver um comboio de caminhonetes alinhadas lateralmente, com os faróis acesos em meio à noite, enquanto uma voz diz “Todo mundo se posicionando e, daqui a uma meia hora, ‘o bambu vai envergar’. Vamos avançar. Todo mundo organizado. Todo mundo se organizando, aí, para o grande conflito. Lá que ‘está’ os índio, também estão organizado. Está chegando a tropa de choque aí também. Colon está chegando com a liderança aí também. Vamos chegar para cá! Vamos chegar, vamos chegar!”.

A legenda que acompanha a postagem escreve: “Nesta noite, segunda-feira (22), os fazendeiros estão se reunindo para poder atacar os indígenas do povo Guarani Kaiowá no município de Douradina. Povo Guarani Kaiowá pede socorro, ESTAMOS SOB ATAQUE”.

Outra postagem na página da Aty Guasu, feita no domingo (21), denuncia mais violência. “Aty Guasu faz denúncias contra os fazendeiros que atacaram famílias indígenas e roubaram os utensílios e objetos das famílias indígenas. Estão destruindo ilegalmente barracas e promovendo genocídio na retomada Panambi, Douradina. Fazendeiros roubaram nossas terras, roubam nossos objetos e utensílios. Queremos justiça”, escreveu a assembleia.

Em nota, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) se manifestou em defesa dos povos indígenas do Brasil “que se encontram sob uma série de ataques armados e de ameaças às suas retomadas e territórios tradicionais”. Ainda segundo o conselho, os povos indígenas encontram-se em uma “situação de grave insegurança jurídica” em razão da vigência da lei que institui o marco temporal.

“Nesse sentido, o CNDH insta o governo federal a adotar providências imediatas, em colaboração com os governos dos estados ora citados, para proteção aos povos originários com a garantia dos direitos sociais fundamentais e execução das devidas políticas públicas, principalmente com a conclusão da demarcação dos seus territórios ancestrais”, afirma o conselho.



ALEXANDRE GARCIA

EM VEZ DE ESTIMULAR, O ESTADO DESESTIMULA O INVESTIMENTO PRODUTIVO E A CRIAÇÃO DE EMPREGOS. SÃO BILIONÁRIOS QUE SÃO EXEMPLO PARA OS JOVENS QUE SONHAM EM TER SUCESSO ECONÔMICO NA VIDA. ISSO GIRA A ECONOMIA, GERA RIQUEZA E BEM-ESTAR SOCIAL. MAS A IDEOLOGIA NO GOVERNO OS TRATA COMO MAUS EXEMPLOS QUE DEVAM SER PUNIDOS COM MAIS TRIBUTOS.

Injustiça social

Estão reunidos no Rio ministros da Fazenda e presidentes dos bancos centrais dos integrantes do Grupo dos 20, como preparatória da cúpula de novembro. O ministro Haddad quer taxar os mais ricos, em nome da justiça social. Aquela gente que usou inteligência, inovação, descoberta, oportunidade e virou bilionária. Gente que criou oportunidades, atendeu a milhões de consumidores, criou emprego, produziu muito e paga muito imposto. Jorge Gerdaou Johannpeter me diz que, antes mesmo de produzir a

primeira tonelada de aço em suas refinarias, já era cobrado com impostos e taxas. Antes de começar a atividade industrial! Em vez de estimular, o Estado desestimula o investimento produtivo e a criação de empregos. São bilionários que são exemplo para os jovens que sonham em ter sucesso econômico na vida. Isso gira a economia, gera riqueza e bem-estar social. Mas a ideologia no governo os trata como maus exemplos que devam ser punidos com mais tributos. Isso é injustiça e não justiça social. E taxaço faz mal

ao investimento. Capitais fogem de lugares inamistosos e punitivos.

Se enriqueceram sem favores ilícitos, sem pagar propina para autoridades e partidos políticos, se movimentaram a economia, pagaram salários e tributos, por que deveriam ser unidos com mais atributos, além dos que todos pagam? Injustiça social é quando o Estado tira a renda de pessoas e empresas a ponto de precisarem trabalhar o equivalente a cinco meses num ano só para cumprir a imposição de tributos, supostamente destinados à prestação de serviços que o Estado não presta ou presta mal, como saúde, educação, segurança, justiça, saneamento básico. Isso só é apenas

injustiça porque o Estado cobra baseado em leis. É o que impede de classificar isso como estelionato.

Também querem taxar mais as heranças e impedir que nossa previdência privada VGBL possa passar para nossos herdeiros indicados no banco, sem passar por inventário, como foi acordado no contrato da aplicação. O Estado brasileiro vive de nossos impostos, mas gastá-los consigo mesmo, em mordomias, privilégios, gratificações, horário de trabalho, férias e aposentadorias maiores que as de quem o sustenta, é clara injustiça social, parecida com a relação entre senhores feudais e os servos.

Injustiça social é se a gente for juntar

as estatísticas. Os números podem ser conferidos na internet. Na população brasileira, de 203 milhões (IBGE), os que produzem riqueza, pagam impostos e dão empregos, são apenas 21% dos brasileiros — cerca de 43 milhões de empresários, empregados, empreendedores. Os que vivem de Bolsa Família são bem mais: 56 milhões (28%); 53 milhões estão abaixo de 18 anos (26%) e são considerados improdutivos; 39 milhões (19%) são aposentados e pensionistas que já pagaram a previdência e supostamente já não estão produzindo riqueza; e 12 milhões (6%) são do serviço público, que não cria riqueza. Quer dizer, 21% dos brasileiros sustentam 79%. É isso justiça social?